

JOVENS, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: EXPERIÊNCIAS ESTÉTICAS E DE ENGAJAMENTO NAS AÇÕES CULTURAIS DOS PONTOS DE CULTURA DA REGIÃO SUL

Patricia Dorneles¹

Resumo

As reflexões que se apresentam neste artigo partem dos resultados da pesquisa de doutorado *Identidades Inventivas – Territorialidades na Rede Cultura Viva dos Pontos de Cultura da Região Sul-Programa Cultura Viva/Ministério da Cultura*, defendida em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para esta edição comemorativa de 10 anos do Programa Cultura Viva, as reflexões, que se apresentam a seguir, fazem parte da investigação da tese, que se debruça no olhar dos Agentes do Cultura Viva² sobre os conceitos do programa e sua participação nele. Embora o estudo tenha sido finalizado em 2011, acredita-se que as reflexões aqui apresentadas contribuem para um recorte de um tempo histórico do programa, que ainda ecoa, apontando valores significativos nele presentes, seu impacto nas relações comunitárias e nas perspectivas sobre a Rede Cultura Viva.

Palavras-chave: Política Cultural. Ação Cultural. Experiência estética. Territorialidade.

Abstract

The reflections presented on this paper originated from the results of a PhD research entitled *Inventive Identities – Territorialities in the Living Culture Web of the Points of Culture in the South Region of Brazil – Living Culture Program/Ministry of the Culture*. The original dissertation was defended in 2001 at the Post Graduation Course in Geography at the Federal University of Rio Grande do Sul and is reedited as part of the celebrations of the 10th anniversary of the Living Culture Program. These reflections are part of the investigation of the views of the Living Culture Agents about the Program's concepts as well as their roles in it. Even though the research was concluded in 2011, its reflections represent a historical cross section of the Program, whose values

¹ Patricia Dorneles, terapeuta ocupacional e professora adjunta I e coordenadora do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural do Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ. Pós-doutoranda do Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (PPGTO/UFSCar). Bolsista do PNPd Capes. e-mail; patdorneles@gmail.com.

² Os Agentes do Cultura Viva entrevistados para este estudo, em 2010, pertenciam ao Ponto de Cultura TV OVO, da cidade de Santa Maria/RS e ao CEPIAC de Londrina/PR.

and impact still resonates in communities' relationships, as well as the perspectives regarding the Living Culture Web.

Keywords: Cultural Policies. Cultural actions. Aesthetic experience. Territoriality.

A partir de meu estudo anterior, a dissertação de mestrado: *Arte e Cidadania – Diálogos na experiência do Projeto de Descentralização da Cultura da Administração Popular de Porto Alegre*, defendida em 2001, na Universidade Federal de Santa Catarina, observei que as oficinas de artes oferecidas às comunidades de periferia da cidade, através do programa citado, se tornaram um espaço de geração de ambiências (REGO, 2000, p. 7). Isto é, a partir do fomento da experiência estética que estimulada pelo fazer artístico e inventivo, potencializou coragem criativa e a criticidade política, aconteceram novas relações com a vida da cidade, ampliando redes e ações culturais, onde, dialeticamente, os protagonistas condicionam e são condicionados por tais relações, promovendo, assim, uma ética da solidariedade e a política da amizade que Foucault e Arendt (apud ORTEGA, 2000) apresentam.

Sabemos que experiências semelhantes à política de Descentralização da Cultura desenvolvida em Porto Alegre naquele período, surgiram e se multiplicaram no país, a partir da abertura política. Estas iniciativas foram inicialmente desenvolvidas através de organizações não governamentais ou de outras instituições do terceiro setor, ou pela ação de administrações públicas mais comprometidas com o acesso às atividades artísticas e a sua consequente democratização. Ações culturais desta natureza levaram à periferia brasileira, principalmente nos anos de 1990, um grande número de projetos de oficinas de arte, em nome da cidadania.

Assim, como contrapartida da cultura “bancária”, fomentada pela cultura de massa (isto é, a partir da disseminação de padrões mais ou menos hegemônicos de consumo cultural), ou pela manutenção das formas elitistas de produção cultural (isto é, a concentração da produção cultural distanciada das classes populares), as experiências observadas, apontaram como caminho possível, para o deslocamento e a emergência de

novos espaços de produção cultural, a partir de uma visão marcada pela valorização da pluralidade da produção de imaginário,³ com capacidade de organizar novos territórios.

Estes territórios emergentes, em suas distintas formas – de organização, de produção, de reapropriação dos espaços da cidade e da periferia, entre outras –, vêm construindo estratégias de afirmação e resistência, que, alimentadas por uma ética de solidariedade, por uma política da amizade, fomentam identidades inventivas e desejantes, e são fortalecidas através dos intercâmbios de experiências, com capacidade de resposta à formação de redes e de novas ações e corredores culturais.

Este breve histórico de uma política de governo, no campo da cultura, e das ações desencadeadas pela sua implementação, estabelecem um pano de fundo e um ponto de vista que me provocou à reflexão. Foi baseado em experiências como estas, que o Ministério da Cultura no governo Lula, desenvolveu o programa “Cultura Viva” – Pontos de Cultura, promovendo espaço, no âmbito nacional, para uma ação ampla de política cultural que, amparada em pressupostos de participação e descentralização, revigora as ideias e ideais até então operados de modo mais local.

Se na pesquisa anterior entrevistei os oficinairos que me levaram ao desdobramento da consciência estética, nesta pesquisa, busquei entender, a partir dos Agentes do Cultura Viva dos Pontos de Cultura, se esta pode ser um elemento potencializador, a partir da visão deles, na construção de territórios e territorialidades. E como a solidariedade horizontal de Santos (2001) e a cultura popular, como um elemento de resistência, podem ser um contraponto a uma ação da globalização neoliberal.

Desta forma, a proposta de investigação da pesquisa, como hipótese tentativa, se fundou, em ponderável medida, no caldo das experiências antes assinaladas, e guardou em si a possibilidade de geração de redes intercambiáveis de ações culturais/cidadãs, capazes de revelar, por um lado, através da emergência do lugar dos seus próprios atores e, por outro, em sua potencialidade, indo ao encontro de uma política nacional que, transcendendo, em seus objetivos, apresenta um panorama cultural marcado pela

³ Imaginário é um conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelo homem, a partir, de um lado, de formas, tanto quanto possível universais e invariantes – e que derivam de sua inserção física, comportamental, no mundo – e, de outro, de formas geradas em contextos particulares historicamente determinantes. (COELHO, 1997, p. 213)

diversidade, sugere a instauração de um futuro: territórios como palco das manifestações de lugar espacial e social; território como rede emergente das relações de solidariedade entre atores produtores de cultura; território que, como cultura de Nação, se expressa e se faz sentir – reconstrói sua identidade na diversidade – numa perspectiva de mundo globalizado.

O Programa Cultura Viva foi concebido como uma rede orgânica, de criação e gestão cultural, mediadas pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. O papel inicialmente do Ministério foi, através de editais, agregar recursos e novas capacidades a projetos e instalações já existentes, que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico e recursos para uma ação contínua junto às comunidades. O objetivo do Programa é potencializar energias sociais e culturais, dando a vazão à dinâmica própria das comunidades, entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora, fomentando, assim, uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que nos envolve a todos”.⁴

Desta forma, identifico o Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura como uma política cultural que possibilita o surgimento e/ou o fortalecimento de novos territórios de produção, identidade e ação cultural. Estes territórios surgem a partir de um lugar – Pontos de Cultura, através da emergência de seus próprios atores, da criação de redes intercambiáveis de produção cultural, daquilo que é vivido, na geração de ambiência (REGO, 2000, p. 8) das oficinas culturais e na formação dos Agentes do Cultura Viva.

A partir das reflexões já apontadas, objetivou-se investigar como os conceitos de território e territorialidade se constituem a partir do espaço “geração de ambiência” (REGO, 2000), promovida nos Pontos de Cultura fomentados pela sua ação cultural. E verificar, ainda, quais são as hermenêuticas instauradoras, capazes de ampliar territórios e territorialidades de ações e identidades culturais, que também potencializadas e organizadas nestes espaços território-local (comunidade) e território-rede, promovem um “agenciamento de futuro”. Para Rego, baseado nas concepções de Durand e Bachelard, a “Hermenêutica Instauradora” traduz-se como um determinado jogo de

⁴ Caderno do Programa Cultura Viva, 2004, p. 18.

símbolos, do quais não são como um ponto de chegada e sim como um ponto de partida: “a hermenêutica instauradora propõe-se ela própria a um agenciamento de futuro” (2003, p. 278). Na pesquisa, também se buscou compreender de que forma a Rede Cultura Viva é, ou não, assim como os Pontos de Cultura, nas suas ações locais, um instrumento de mudança social, na perspectiva daquilo que Santos (2001) aponta na construção de um novo, de outro discurso teórico, baseado na história concreta que é capaz de escrever uma nova história.

Acredita-se que em tempos de aprovação da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva e da qualificação “comunitária” que se deu à Rede Latino-americana Cultura Viva, refletir sobre os conceitos de território e territorialidade junto aos Agentes do Cultura Viva, a partir das experiências estéticas vividas pelas ações culturais dos Pontos de Cultura aos quais estavam vinculados, podem nos auxiliar a refletir sobre a importância da experiência estética e seus modos de subjetivação nas relações do bem comum e da promoção da cidadania e da diversidade cultural.

Embora, atualmente, o programa não tenha mais a ação do Agente Cultura Viva, o que vale a pena nas reflexões a seguir é conhecer as questões apontadas acima, a partir da perspectiva dos adolescentes e jovens que participaram das ações culturais dos Pontos de Cultura investigados no período. A voz dos adolescentes entrevistados aponta que, para além da potência de expressão simbólica e artística vividas, ambas, nas ações culturais, a possibilidade de ações culturais engajadas na vida comunitária são potência do exercício e do desejo do bem comum. Desta forma, se tem um retrato do impacto do Programa Cultura Viva e de suas instituições culturais no seu cotidiano e em sua vida.

Sabe-se que o sistema territorial é composto por diferentes elementos. Como destaca Raffestin (1993, p. 150), “a partir de uma representação os atores vão proceder a repartição das superfícies, a implementação de nós e a construção de redes”.

O Programa Cultura Viva tem se tornado um grande fomentador de encontros de diversos atores sociais que, de alguma forma ou outra, se encontram numa prática

cultural que atua, na sua grande maioria, nas “zonas opacas” (SANTOS, 1999), nos espaços de invisibilidade (GIL, 2004, p. 8),⁵ nos lugares de vulnerabilidade social.

Mesmo que adotemos aqui o conceito de território simbólico, para o encontro da realidade empírica, traduzida aqui, em última análise, e sim com este propósito, através da fala dos Agentes do Cultura Viva, aprendemos com Raffestin que “toda a prática espacial, mesmo que embrionária, induzida por um sistema de ações ou comportamentos se traduz numa “produção territorial” (1993, p. 150). Como veremos, a seguir, as potências vividas ou promovidas pelas ações culturais dos Pontos de Cultura, potencializaram novas éticas–estéticas da existência (ORTEGA, 1999, p. 171) e expressaram o surgimento de novas políticas da amizade, traduzindo novas relações e significados com o território.

No discurso oficial do Programa Cultura Viva, observa-se uma intenção de seus idealizadores e gestores em possibilitar que o Cultura Viva seja um potencializador das ações culturais das instituições que se tornam Ponto de Cultura, a partir do convênio, inicialmente, com o MinC. Ao apostar nestas instituições e na criação da Rede Cultura Viva, os idealizadores do Programa se diziam acreditar que estas iniciativas culturais são um contraponto ao processo de globalização neoliberal e à cultura de massa.

Como se sabe, a maioria das ações dos Pontos de Cultura surgiu em comunidades onde há baixa atuação das políticas públicas culturais que atuam no perfil de ação cultural dos Pontos. Como se sabe, com a política neoliberal realizada no governo Fernando Henrique, onde a cultura era entendida “como um bom negócio”,⁶ não havia nenhum investimento do governo federal no âmbito do MinC, em iniciativas culturais neste perfil de atuação e com o seu público-alvo. E se estas iniciativas apostaram investir nestes lugares, nestas “zonas opacas”, é porque também devia haver pouco ou quase nenhum investimento, até então, das políticas públicas de cultura nos âmbitos municipal e estadual.

⁵ Caderno do Programa “Cultura Viva”, p. 8 – Pronunciamento do Ministro Gilberto Gil sobre o Programa “Cultura Viva” em Berlim – Alemanha, 2 de setembro de 2004. Brasil. (Brasília). Ministério da Cultura. Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. MinC, 2004.

⁶ Como já apresentado anteriormente, “Cultura como um bom negócio” foi o *slogan* criado para a Lei Rouanet, no governo Fernando Henrique.

A potência das horizontalidades e a aposta na cultura popular e na solidariedade orgânica, apontadas por Santos (1999, p. 227), parecem estar presentes na política cultural do Programa, como um todo, e no investimento de construção e fortalecimento da Rede Cultura Viva. Milton Santos aposta que a emergência da cultura popular e a sociodiversidade são capazes de alimentar outra narrativa, outro discurso que, baseado na universalidade empírica, colabora e permite “conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história”.

Esta nova história, baseada na experiência dos Agentes do Cultura Viva investigados, se mostrou ser constituída através das tecnologias sociais construídas em cada comunidade, a partir de sua realidade, e se torna um instrumento de dinamismo e de mudança social local, que se revela a partir dos diferentes impactos provocados pela ação cultural do Ponto e sua potência como facilitador da experiência estética. A potência da experiência estética apresentou-se, na pesquisa, como capacidade de ampliação de conhecimento, que deve ser entendida como sinônimo de consciência crítica e, no sentido de engajamento social, e por isso de identidade local. A partir da experiência dos Agentes do Cultura Viva entrevistados, tanto a ampliação do conhecimento como o engajamento social são potencializados, tanto no campo individual como no campo coletivo.

No campo individual, a experiência estética é vivida no fazer arte, no exercício da criatividade e inventividade, que gera uma manifestação estética e apresenta um resultado expressivo como resultado final: um vídeo, um espetáculo de dança ou teatro, uma história em quadrinhos, um ensaio fotográfico, entre outros. No campo coletivo, a experiência estética deve ser entendida como a fruição cultural da comunidade, em relação à produção cultural do Ponto de Cultura.

Para os Agentes do Cultura Viva, participar do Ponto de Cultura foi a descoberta de um mundo novo. Esta descoberta de um mundo novo os fez mais críticos àquilo que se expressa na cultura de massa, e os fez desejantes de novas coisas, como realizar projetos bacanas de arte e cultura, e poder socializar este conhecimento, além do processo de inventividade com outros pares da comunidade. Os Agentes do Cultura Viva entrevistados apontaram que essa intenção não é boa só para a comunidade, mas para a sociedade como um todo, porque, segundo eles, potencializa a capacidade de mudança.

Participar do Ponto de Cultura potencializou a descoberta de prazeres novos, e a compreensão de que se pode romper com o destino dado aos pobres, que se resume, na visão deles, em aceitar que a vida só serve para estudar e trabalhar para sobreviver. A experiência no Ponto de Cultura potencializou a descoberta do encorajamento, de que se pode escolher a vida que se quer levar, mesmo e apesar das limitações financeiras ou outras dificuldades. A opção de construir um destino diferente daquele que parecia estar dado é um elemento importante, porque dá outro significado na vida, que é o de primeiro desenvolver uma percepção daquilo que você gosta e, a partir daí, construir a vida priorizando a satisfação pessoal.

Outra descoberta dos Agentes do Cultura Viva está na compreensão de que não se aprende só na escola. Esta descoberta gerou neles um impacto pessoal. Os Agentes do Cultura Viva pareceram se identificar com uma perspectiva de abordagem educativa, no campo da educação informal. Isto se percebe, quando fazem críticas aos conteúdos escolares e às metodologias de produção de conhecimento, no espaço escolar, e a crítica que fazem àqueles que compreendem de forma restrita que educação e cultura é só um papel da escola.

Os Agentes do Cultura Viva entrevistados apontam que se sentem diferentes dos outros adolescentes de sua comunidade, a partir da experiência no Ponto de Cultura. Além de se sentirem mais criativos e críticos, acreditam que adquiriram um compromisso mais engajado com a comunidade, do qual imaginam que os outros adolescentes, que não participam da ação cultural do Ponto, não tenham. A atenção e a ampliação do olhar sobre a comunidade, o que acontece nela e quais são as suas dificuldades, os fizeram apostar mais na ação coletiva, inclusive como propositores de pequenos movimentos de organização e mobilização comunitária, no que diz respeito ao bem comum e a manifestações e demandas junto aos poderes públicos. Esta ampliação da consciência política os fez entender que a cidadania e a relação com o Estado não se encerram nos direitos e deveres do voto, mas na atitude de vigilância, organização e reivindicação, junto aos poderes públicos, para que cumpram seus compromissos com a comunidade e a cidade como um todo. Desta forma, a cidadania aqui se torna compreendida como um processo de participação e controle social.

Este se sentir diferente de outros adolescentes que não participam do Ponto de Cultura é porque perceberam uma mudança interna, mais subjetiva, que afirmam ter ocorrido nessa vivência do Ponto de Cultura, pois ampliaram o seu olhar no que diz respeito à cidadania. Como acreditam que quem não tem essa vivência não é estimulado a ampliar o seu olhar sobre a realidade local e suas dificuldades, valorizam o vínculo com o Ponto de Cultura como algo que agregou amadurecimento, responsabilidade e encorajamento social. Se elegem o Ponto de Cultura como a instituição referência local, capaz de provocar esta sensibilização, é porque não identificam na comunidade outras instituições capazes de fomentar a ampliação da consciência política. A escola, que já foi criticada antes, parece não apresentar nem métodos ou conteúdos que potencializem o engajamento social e a aposta na capacidade coletiva de provocar mudança para o bem comum. Entre as justificativas que os Agentes do Cultura Viva apontam para este fenômeno mais subjetivo e político que admitem ter ocorrido com eles, é que a potência das relações afetivas, de uma relação amorosa que alimenta o encorajamento coletivo, está na troca de ideias, na conversa, no pensar juntos soluções coletivas. Estes processos de intersubjetividade, segundo eles, criam laços identitários, que surgem no aprendizado com o outro e na relação de ação cultural e política (FREIRE, 1980, p. 37). O exercício de participação parece potencializar a ampliação de seus sentimentos e de suas redes afetivas. O ato de ajudar e colaborar para o bem comum é um elemento que fortalece os laços identitários, potencializando sentimentos de satisfação e gratificação. Os laços identitários ampliam-se a uma relação com a comunidade, e, para muitos dos entrevistados, se antes havia um desejo de sair daquela comunidade ou um sentimento de vergonha por morar naquele local, as relações afetivas construídas na fé da potência da comunidade, para avançar nas conquistas de qualidade de vida e de realização para o bem comum, são hoje elementos importantes de autoestima e orgulho de morar na comunidade onde vivem. Veem a possibilidade de intervenção e mudança, e um futuro melhor para a comunidade. Assim se modifica a relação identitária com o local.

A “nova história”, potencializada pela experiência estética da fruição da produção cultural do Ponto de Cultura, no campo do coletivo-comunitário, se apresenta, segundo os Agentes do Cultura Viva, numa mudança de comportamento da comunidade em geral. Segundo o grupo de entrevistados, ao possibilitar a fruição cultural da comunidade, a partir do assistir a uma produção estética e artística do Ponto de Cultura

(um espetáculo na comunidade, por exemplo), a comunidade amplia seus horizontes e conhecimento, já que ação do Ponto, segundo os entrevistados, “gera” cultura para todo mundo, e as pessoas podem, a partir daí, ter outra visão da vida, da sociedade e do mundo.

O impacto das apresentações culturais dos Pontos de Cultura na comunidade proporciona uma sensibilização cultural. Este acesso ao consumo cultural vem possibilitando a compreensão, por parte da comunidade, de que a comunidade produz cultura e entretenimento. Isto potencializa um sentimento de direito cultural, de cidadania cultural. O Ponto passa a ter o papel de ser uma referência local de democratização da cultura.

Outro resultado da fruição cultural da comunidade, a partir da ação cultural do Ponto de Cultura, parece ser a sensibilização da comunidade, que começa a perceber que a cultura é importante. A partir desta percepção, segundo os entrevistados, surge um desejo maior de participação da comunidade, tanto em assistir como em participar das atividades culturais do Ponto de Cultura. Para os Agentes do Cultura Viva, a comunidade aguarda, com mais expectativa, outras apresentações, e a ação cultural do Ponto de Cultura também produziu o encorajamento para o nascimento de outras ações e grupos culturais na comunidade. Desta forma, pode-se dizer que a potencialidade da experiência estética, no campo da fruição, tem potência para estimular a gerar desejo de criação e invenção.

É aqui que encontramos em Dewey a potência da experiência estética, que, para ele, não se resume ao fato do processo de criação da obra de arte em si, mas de sua fruição.

As obras de arte que não são distantes da vida comum, das quais se desfruta amplamente em uma comunidade, são sinais de uma vida coletiva unificada. Mas são também auxiliares maravilhosos na criação desta vida. A remodelagem do material da experiência no ato expressivo não é um evento isolado, restrito ao artista e a uma ou outra pessoa, aqui e ali, que porventura aprecie a obra. Na medida em que a arte exerce seu ofício, ela também é uma remodelagem da experiência da comunidade em direção a uma ordem e união maiores. (DEWEY, 2010, p. 178)

Sabe-se que o vínculo com um importante órgão do governo possibilitou a alguns Pontos uma visibilidade maior de seu trabalho. Participar de um projeto que valorize as iniciativas culturais e solidárias, em nível nacional, potencializa a possibilidade de troca, do sentido de pertencimento a um movimento nacional, integração com a rede e reconhecimento, local e nacional, de sua ação cultural. O reconhecimento do MinC ao trabalho do Ponto de Cultura potencializou, para muitos gestores e participantes dos Pontos de Cultura, um processo de autoestima, porque a comunidade, como um todo, se sente também reconhecida e se sente também representada a nível federal em função do Ponto. Os laços de identidade se reforçam: o Ponto de Cultura torna-se um elemento de projeção e representação da identidade da comunidade. Desta forma, podemos acreditar que há nesta projeção um sentido de territorialização, por parte da comunidade, ao se sentir integrada e beneficiada por um perfil de investimento cultural, que se materializa no vínculo com o Programa e suas redes. Talvez, aqui, ao contrário do que Raffestin (1993, p. 153) aponta da territorialidade externa se sobrepor em relação ao espaço vivido, o que se vê é que existe um orgulho da territorialidade interna (da vivência cotidiana) ser integrante e dar corpo ao Programa e à Rede Cultura Viva, e de fazer parte da diversidade da cultura brasileira.

O reconhecimento pela comunidade da produção artística cultural realizada pelo Ponto de Cultura, seja ela coletiva ou individual, dá um sentido de empoderamento à equipe e ao trabalho por ela realizado. Do mesmo modo que a apropriação pela comunidade do Ponto de Cultura e de suas ações culturais, de forma democrática, participativa, colaborativa e compartilhada, promove um engajamento local de intervenção cultural.

A “nova história” apontada por Santos (1997, p. 227), que se constrói a partir da ação cultural do Ponto de Cultura, de um modo geral, se expressa na ampliação do conhecimento individual e coletivo, na descoberta de um mundo novo, onde a invisibilidade e o desejo são potências que permitem a criticidade em relação à cultura de massa, no sentimento e na opção pelo engajamento social e coletivo. Este sentimento de engajamento parece ter se tornado um exercício prazeroso, em busca do bem comum e da capacidade de criar mudanças de vida, que se pautam pelo respeito de si e dos outros, do qual conhecem a partir da sensibilidade e da percepção do que se quer, do que se gosta e da coragem e da fé de se dedicar à realização pessoal e coletiva (DORNELES, 2011)

A “nova história” (SANTOS, 1997, p. 227) também se expressa na crítica às instituições tradicionais, na possibilidade de construir o novo, na compreensão de que política é participação. A “nova história” (SANTOS, 1997, p. 227) constituiu-se nestas experiências, através da compreensão da comunidade de que a cultura é um direito, e que se pode desejar, criar, inventar. Esta “nova história” também parece se expressar no orgulho da comunidade em ter uma atividade que tem reconhecimento federal.

Em relação à Rede Cultura Viva, os Agentes do Cultura Viva entrevistados apontaram níveis diferentes de interlocução. Estes níveis de interlocução representam o grau de interesse nas trocas, a relação com a tecnologia, e a necessidade de aprofundamento em conteúdo específico. Estas diferenças se caracterizam de forma individual ou de um coletivo em relação à rede. A diferença coletiva dá-se pelo perfil do Ponto de Cultura, que, também como sujeito da rede, busca outro coletivo com qual se identifique pela sua tecnologia social, a fim de qualificar o desenvolvimento de sua ação cultural.

Os Agentes do Cultura Viva compreendem a Rede Cultura Viva como os TEIAS, os Fóruns Regionais, os grupos de e-mails, as atividades dos Pontões e outras formas de encontro, intercâmbio e participação em atividades culturais. Reconhecem a Rede Cultura Viva como um instrumento de organização política dos Pontos de Cultura, como uma força necessária, como um espaço de articulação e de laços afetivos novos e de novas amizades. A Rede Cultura Viva é também um lugar de encontro, das trocas de tecnologias e formação, como também um espaço de articulação para a busca técnica e profissional, para o desenvolvimento de projetos novos, que surgem a partir deste intercâmbio. Apesar de alguns destacarem que a Rede Cultura Viva poderia ter mais potência, no sentido de se dar a ela um empoderamento, para a qualidade do desenvolvimento de todos os Pontos de Cultura, entendem que o caminho do fortalecimento da rede e de uma maior intensidade nas trocas é um processo, e que a Rede Cultura Viva era o que faltava, para que cada Ponto pudesse ampliar seus saberes e colaborar com o fortalecimento e a qualidade de outros Pontos. A Rede é uma extensão dos Pontos de Cultura, como um todo, já que basta fazer um contato e buscar alternativas, para se aproximar mais e criar metodologias e alternativas para desenvolver projetos em conjunto. A Rede, para os agentes, é um lugar de identidade e territorialidade, já que nela encontram pessoas com propósitos comuns, que são os

conteúdos culturais, a luta pela preservação e o fortalecimento do trabalho do Ponto de Cultura, e com a mesma ideologia, que é batalhar para melhorar a comunidade, buscar satisfação, e descobrir e fortalecer formas livres e alternativas de comunicação.

A partir das reflexões acima, em vimos apontado as fragilidades e as potencialidades da Rede Cultura Viva, podemos sim afirmar que a Rede Cultura Viva é um lugar onde novas narrativas também podem ser construídas para a construção de o desenvolvimento de uma “nova história” (SANTOS, 1997, p. 227). Esta narrativa expressa a capacidade da rede de fomentar a solidariedade horizontal, já que ela, como instrumento de intercâmbio entre os Pontos, faz com que os mesmos, na experiência da troca, fortaleçam identidades, quando encontram pares que lutam pelo mesmo ideal, como o de batalhar pela vida da comunidade. A Rede Cultura Viva foi também considerada um instrumento de resistência aos atores hegemônicos, porque possibilita o exercício da liberdade, pela sua forma de interlocução, de formatos e de conteúdos diferenciados daqueles da cultura de massa. A Rede Cultura Viva é um aporte à vida (SANTOS, 1999, p. 111), porque permite laços de fraternidade e amizade no sentido arentiano (ORTEGA, 2000, p. 20), onde o exercício do político se expressa na interlocução. E a fé no encontro dos pares que lutam pelo mesmo ideal permite que a existência crie uma nova pedagogia de viver (SANTOS, 1999, p. 116), onde os valores humanistas têm um palco para representar o seu papel (SANTOS, 1999, p. 111).

Sabe-se que a Rede Cultura Viva é um grande instrumento político para a emancipação, não só das instituições que nela se vinculam, por estarem ligadas ao um convênio com o Estado, mas principalmente pela força da união de pares que se encontram e representam um perfil de fazer cultural, até então marginalizado pelas políticas públicas culturais. Estas instituições e outras tantas que compartilham da mesma perspectiva de abordagem da ação cultural, se encontram fragilizadas, em sua grande maioria, pelo processo histórico que imprimiu o *apartheid* cultural institucionalizando as belas artes ou as artes eruditas como um modelo de expressão da cultura, que de fato se expressa naqueles que poderiam ter acesso, marcando a diferença de classe. Desta forma, fragilidade do processo histórico que se reflete na fragilidade da Rede, e o processo de fortalecimento de que ela necessita, exige uma dedicação maior dos gestores públicos em prol da cidadania cultural, junto aos Pontos de Cultura e da comunidade em geral, no que diz respeito a ampliar a consciência de todos sobre a potência política da Rede.

Assim, este instrumento político poderá ser mais efetivo naquilo que nos propusemos aqui questionar: a partir das “experiências de vizinhança” (SANTOS, 2001, p. 145) a Rede potencializa uma nova economia territorializada?

Para os Agentes do Cultura Viva pesquisados no período, o Ponto de Cultura teria potência para gerar renda, se houvesse mais investimento, mais reconhecimento de sua ação pela comunidade, pelos poderes públicos e empresários. O recurso gerado pelos Pontos de Cultura para os jovens participantes, muitas vezes se expressa nos poucos cachês. A visão da profissionalização que se encontra em alguns Pontos também vem sendo considerada como uma forma de geração de renda local, já que muitos dos jovens que participam destas formações conseguem se inserir no mercado.

Para Santos (2001, p. 146), a capacidade de resistência dos de baixo “é fundada na redescoberta cotidiana das combinações que permitem a vida, e segundo os lugares, operam em diferentes graus de qualidade e quantidade”. No caso dos Pontos de Cultura pesquisados, as combinações cotidianas que parecem potencializar a capacidade de resistir e dar sentido à vida na comunidade, a partir da ação cultural do Ponto de Cultura, se expressam no acolhimento, cuidado e proteção da vida dos jovens e da comunidade, como um todo; na possibilidade de descobrir novos projetos de vida, antes nunca imaginados; de potencializar desejo, engajamento e mobilização, para o exercício da vida comunitária. A “funcionalidade da arte não cessa; ela continua a agir pelos canais indiretos” (DEWEY, 1980, p. 140).

Para os Agentes do Cultura Viva, a felicidade é a representação do sentido da vida. E a felicidade expressa-se no descobrir o que e onde se tem prazer, do que se gosta. A felicidade é alimentada pelos laços afetivos de amizade, amor e compartilhamento. A vida é curtir o presente e aproveitar as oportunidades, viver integrado e se manter na comunidade, trabalhando para o bem comum.

Para os agentes, o Ponto de Cultura promove vida na comunidade, porque é um lugar de acolhimento, onde tu ficas mais protegido da violência, onde podem se descobrir vocações, criar projetos de vida, e promove vida comunitária através de sua ação cultural na comunidade, possibilitando integração e fomentando engajamento e cuidado da comunidade consigo mesma.

Assim, pode-se dizer que o Ponto de Cultura promove vida na comunidade, também porque é um dispositivo de participação e desejo. A partir da ação cultural do Ponto de Cultura, conforme sinalizaram os Agentes pesquisados, outras pessoas da comunidade desejam se integrar e colaborar com a ação cultural e com a comunidade. Esta colaboração não se resume a auxiliar nos projetos já existentes, ao contrário, promove encorajamento para contribuírem com ideias novas. Neste sentido, o Ponto de Cultura promove a coragem moral e social de May (1975), isto é, ele se torna um dispositivo e uma incubadora de encontro e potência de descobertas novas de engajamento social. Para May:

[...] a coragem moral é a identificação da sensibilidade do indivíduo com o próximo, e a partir daí buscar ações de auxílio. A coragem social é a coragem de se relacionar com os outros seres humanos, a capacidade de arriscar o próprio eu, na esperança de atingir uma intimidade significativa. É a coragem de investir o eu, pôr certo tempo, num relacionamento que exigirá uma entrega cada vez maior (1975, p. 15)

Como vimos anteriormente, em Dewey (1980, p. 95), “a emoção é a força que move e consolida”, e “os processos emocionais caracterizam a experiência enquanto unidade” (1980, p. 96). Nesta perspectiva dos processos desencadeados pela ação do Ponto de Cultura, pode se dizer que as emoções vividas nas relações de amizade, afeto, encorajamento, engajamento, além dos processos de criação expressiva, geram uma unidade no final. Assim, a experiência estética é um dispositivo de identidade e territorialidade, porque dá um suporte que se encontra nos desencadeamentos da emoção ligados aos vários níveis de afeto, incluindo aqui aqueles que se manifestaram nesta pesquisa, expressos pela comunidade, em relação ao Ponto de Cultura e a seu trabalho. A experiência estética vivida (na criação e fruição) transformou o olhar de todos (participantes das atividades dos Pontos e comunidade-plateia) sobre a comunidade, ressignificando-a como um lugar de vida e de projetos novos – lugar de futuro (REGO, 2000, p. 7).

Se território é uma relação de poder, pode-se dizer que, no campo da ação cultural dos Pontos de Cultura, com a sua abordagem educativa da relação de educação informal e afetiva, junto com os processos de criação, chegamos ao sentimento de unidade. É o

sentimento de unidade que dá significação ao poder, no caso dos resultados da ação cultural dos Pontos de Cultura. E o território simbólico torna-se um lugar de esperança e de vida. Esse sentimento é a força local. Ali, a lógica vertical capitalista e homogeneizante se desestabiliza, pela possibilidade das diferentes potências que a experiência estética possibilita, porque novos processos de subjetividade coletiva surgem. Estes são pautados no desejo e na inventividade, na solidariedade e na amizade.

“A interação é um elemento que constitui a experiência total que é tida, e o vivido que completa é a instituição de um sentimento de harmonia”, diz Dewey (1980, p. 96). É o sentimento de unidade e harmonia que permite uma potência de poder. Uma das relações de poder está na perspectiva já citada: “o Ponto de Cultura gera vida na comunidade a partir do seu acolhimento e proteção a violência”.

“A ação e consequências precisam estar juntas na percepção. Essa reação é que proporciona sentido. Captá-lo é o objetivo de toda a inteligência” (DEWEY, 1980, p. 96). Neste sentido, as novas significações da vida, percebidas pelos Agentes do Cultura Viva, no campo individual e coletivo, dos diversos atores da comunidade, é o que nos permite medir e dar significação à experiência.

Que as reflexões acima nos auxiliem a aprofundar o sentido de “comunitária”, associado à Rede Latino-americana do Cultura Viva, pois se propõem, entre tantas outras questões, compreender em torno de um novo modo, as relações entre o público, o comunitário e o estatal.

Referências

CADERNO CULTURA VIVA. Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Ministério da Cultura, 2004.

COELHO T. **Dicionário crítico de política Cultural**. Iluminuras: São Paulo, 1997.

DEWEY, J. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Coleção Os Pensadores).

_____. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DORNELES, P. **Arte e Cidadania** – Diálogos na experiência do Projeto de Descentralização da Cultura da Administração Popular em Porto Alegre. 2001. 235 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – , Programa de Pós Graduação em Educação, – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

_____. **Identidades Inventivas** – Territorialidades na Rede Cultura Viva dos Pontos de Cultura da Região Sul. Programa Cultura Viva / Ministério da Cultura. 2011. 371 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MAY R. **A coragem de criar** . 9 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, N.; SUETERGARAY, D.; HEIDRICH, A. (Orgs.). **Geografia e educação – Geração Ambiências**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

_____; AIGNER, C.; PIRES, C.; LINDAU, H. (Orgs.). **Um pouco do mundo cabe nas mãos** – Geografizando em Educação o Local e o Global. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Tempo, técnica, razão emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **Para uma política da amizade** – Arendt, Derrida, Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.